

XIX encontro nacional
de pesquisa em
ENANCIB ciência da informação

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO. //

22-26
OUTUBRO
2018
LONDRINA/PR



XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018

GT-05 – Política e Economia da Informação

INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: a biblioteca universitária como espaço formativo

Lilian Viana (Universidade de São Paulo)

Ivete Pieruccini (Universidade de São Paulo)

INFORMATION AND EDUCATION IN HIGHER EDUCATION: the academic library as a formative space

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: O artigo apresenta pesquisa de doutorado em curso que afirma que a caracterização da biblioteca universitária, exclusivamente, como centro de comunicação no processo de transferência da informação é insuficiente face às demandas do contexto informacional contemporâneo. O estudo objetiva sistematizar elementos característicos de princípios e práticas para o desenvolvimento de ações infoeducativas, com vistas a verificar sua relevância para a inserção dos estudantes na ordem universal acadêmica como produtores de saber. Para tanto, será realizada pesquisa de natureza qualitativa contemplando: abordagem de sites de bibliotecas representativas do circuito nacional e internacional, tendo em vista identificação e análise de práticas voltadas às aprendizagens informacionais, por meio de instrumento a ser elaborado; desenvolvimento de programa de infoeducação com alunos de primeiro semestre de curso de graduação em Biblioteconomia e, também, com alunos que estão em vias de iniciar a elaboração da monografia de conclusão de curso na Universidade de São Paulo, com acompanhamento dos discentes ao longo do segundo semestre para verificar possíveis transformações de postura em suas relações com o saber. Como resultados parciais, identificou-se que em parâmetros, legislações e diretrizes vigentes a biblioteca universitária é caracterizada exclusivamente a partir da disponibilização de recursos informacionais e de sua estrutura física. Considera que para contribuir aos processos de construção de conhecimento no ensino superior, a biblioteca universitária deve atuar tendo em vista o aprender a informar-se em perspectiva afirmativa, que extrapole ações circunscritas à perspectiva competente.

Palavras-Chave: Bibliotecas universitárias. Ensino superior. Infoeducação. Competência em informação.

Abstract: This article presents a doctoral research in course which states that the characterization of the academic library, exclusively, as a communication center in the process of information transfer is insufficient in face of the demands of the contemporaneous informational context.

The study aims to systematize characteristic elements of principles and practices for the development of actions focuses on education for information, in order to verify their relevance for the insertion of students into the universal academic order as producers of knowledge. To do so, a qualitative research will be carried out including: approach of library websites, representatives of national and international scene, to identify and analyze practices focused on the informational learning, through an instrument to be elaborated; development of an education for information program with first year students in Librarianship and also with students that are going to elaborate their course conclusion monograph at the University of São Paulo. So as to verify possible changes in their relations with knowledge, the students will be accompanied during the second semester. As partial results, it was identified that in current parameters, laws and guidelines the academic library is characterized exclusively by the availability of informational resources and its physical structure. The study considers that in order to contribute to the processes of knowledge construction in higher education, the academic library must act in accordance with education for information actions in an affirmative and critic perspective, which extrapolates actions circumscribed to the information literacy approach.

Keywords: Academic libraries. Higher education. Information literacy.

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca universitária é organismo voltado a atender demandas informacionais de instituição educacional que oferece cursos de nível superior. No Brasil, atualmente, constitui categoria de controle de desempenho da instituição à qual está filiada, conforme decreto federal nº 3.860, de 09 de julho de 2001, que atribui ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) a responsabilidade por organizar e proceder às avaliações de cursos de graduação e suas respectivas instituições de ensino superior (IES). Dentre outros itens, a análise das condições para oferta dos cursos deve considerar “bibliotecas, com atenção especial para o acervo especializado, inclusive o eletrônico, para as condições de acesso às redes de comunicação e para os sistemas de informação, regime de funcionamento e modernização dos meios de atendimento” (BRASIL, 2001).

A orientação geral estabelece, de modo prioritário, que a biblioteca universitária, exerça função de guarda e oferta de recursos informacionais a serem disponibilizados, privilegiadamente, à comunidade acadêmica, operando como repositório da produção científica local e geral. Entretanto, sua caracterização unicamente a partir da função de

tratamento da informação – seja em formato físico ou digital – é visão a ser questionada, na medida em que traduz a biblioteca como um “centro de comunicação no processo de transferência da informação”, definição emprestada de Apostle e Raymond (1987, tradução nossa). Esse questionamento se faz essencial tendo em vista as profundas mudanças pelas quais vêm passando a sociedade, suas instituições de ensino e cultura, suas estruturas de acesso e comunicação de informação, em diferentes esferas no mundo e no país. Nesses termos, é imperioso indagar acerca do papel e práticas historicamente atribuídas à biblioteca universitária, considerando-se que seus públicos, sobretudo entre nós, diversificaram-se em termos de volume quantitativo, perfis socioculturais e etários, formação básica inicial, expectativas em relação à formação superior, dentre outros aspectos, visivelmente observados no cotidiano institucional.

Este estudo, portanto, propõe questionar bases teórico-metodológicas que orientam a biblioteca universitária, indagando sobre possibilidades de que se constitua como instância de mediação cultural, tendo em vista contribuir de modo afirmativo nos processos de apropriação de informação científica e de socialização dos novos quadros no universo da cultura científica.

O ensino superior é espaço privilegiado à construção do conhecimento formal e rigoroso. Ações nessa direção assumem caráter vital no quadro contemporâneo, marcado pela profusão de oferta informacional, fenômeno que implica diretamente processos de construção de sentidos. Velocidade, aceleração, fragmentação, características implícitas à ordem informacional geral na atualidade, são aspectos igualmente replicados nos diferentes circuitos e instâncias produtoras de conhecimento especializado, em suas diferentes modalidades. Ensinar a informação, sua natureza de signo, – e não somente disponibilizar conteúdos informacionais – mostra-se importante tarefa a ser realizada, sob o risco de empobrecimento científico e cultural, mesmo em esferas chamadas de excelência. Além de procedimentos para acesso e uso eficiente, está em causa conhecer o que é a informação, compreender que ela carrega consigo toda uma trama de configurações, seleções, perspectivas e ocultamentos. Como signo, a informação é essencialmente representação e não realidade, reunindo, num mesmo objeto simbólico, a possibilidade de desvelamento e o risco de erros e ilusões. Nessa perspectiva, a informação – o signo – porta, assim, dupla dimensão, ou seja, de um lado permite e, de outro, pode ocultar os caminhos do conhecimento.

A hipótese desta pesquisa é que a biblioteca universitária poderá desempenhar importante papel nos processos de inserção dos estudantes nas tramas da informação e conhecimento científico, favorecendo seu protagonismo acadêmico. Assim, se a organização e oferta de recursos informacionais, como apoio ao ensino praticado em sala de aula, configurou característica essencial e exclusiva desse dispositivo, na contemporaneidade tal função parece ser insuficiente e, portanto, precisa ser problematizada.

A partir disso, este estudo busca sistematizar elementos característicos de princípios e práticas para o desenvolvimento de ações infoeducativas, com vistas a verificar sua relevância para a inserção dos estudantes na ordem universal acadêmica como produtores de saber.

A sistematização de referenciais, a partir de percurso a ser traçado, articulando-se o campo teórico e o da experiência – com o desenvolvimento de uma ação *in loco* –, tem sua relevância, tendo-se em vista compreender e buscar alternativas para a questão da relação entre os sujeitos e a informação científica no nosso tempo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Biblioteca Universitária

As instituições surgem e se desenvolvem em determinado tempo e espaço, não estando isoladas do mundo, livres de suas influências. Se, conforme argumentou Jacob (2008, p. 10), “toda biblioteca dissimula uma concepção implícita da cultura, do saber e da memória, bem como da função que lhe cabe na sociedade de seu tempo”, em relação à biblioteca universitária, tal afirmação encaminha-nos à importância de reconhecer as bases – construídas no passado – que a alicerçam e lhe dão sustentação em nossos dias. Tal dimensão não pode ser rejeitada, na medida em que nessas estruturas subterrâneas foram sendo configuradas situações que culminam nos paradigmas que regem o presente.

A biblioteca universitária pode ser caracterizada como aquela que atende às necessidades de instituição educacional que oferece cursos de nível superior para obtenção de um título profissional (SHIFLETT, 1994). Assim, sua função primordial é delineada a partir da relação estabelecida com a instituição de ensino.

Neste estudo expomos que o desenvolvimento da biblioteca universitária ocorreu a partir da perspectiva do acesso, sendo o foco das ações a organização do acervo para

disponibilização à comunidade a ser atendida. Tal perspectiva mantém-se em nossos dias, sem jamais negar-se a importância dessa dimensão para as sociedades. Considerando-se que

[...] um indivíduo participa da vida social em proporção ao volume e à qualidade das informações que possui, mas, especialmente, em função de sua possibilidade de acesso às fontes de informação, de suas possibilidades de aproveitá-las e, sobretudo, de sua possibilidade de nelas intervir como produtor do saber (CHAUÍ, 1989, p. 146-147).

entende-se, todavia, que seu papel sociocultural deverá, ao mesmo tempo, contemplar e antever demandas de seu tempo, viabilizando contribuições essenciais em sua área de atuação.

A Renascença é período marcante ao desenvolvimento das universidades e, conseqüentemente, de suas bibliotecas. A biblioteca de Sorbonne, na universidade de Paris, talvez tenha sido a primeira a ser mantida por uma universidade, sendo que em fins do século XIII possuía uma coleção de aproximadamente 1.000 títulos. O desenvolvimento das universidades culminou em novas configurações para o processo de ensino, com prédios próprios, variadas instalações e equipamentos, assim como o acúmulo de acervo de livros, mas, até esse momento as coleções de obras disponíveis eram organizadas e controladas de forma semelhante àquela das bibliotecas monásticas. É somente no século XV, quando novas formas de relação com o conhecimento suplantam modelos antigos e os livros passam a ter nova posição no processo de aprendizagem, que as bibliotecas universitárias começam a assumir posição distinta na vida acadêmica. O aumento da disponibilidade de livros e o crescente uso das bibliotecas culminam em sua expansão; passam a ser vistas como necessárias para o trabalho desenvolvido nas universidades (SHIFLETT, 1994).

Conforme Shiflett (1994), o período de 1875 a 1925 foi marcado por grande crescimento das coleções das bibliotecas universitárias, de modo geral, em decorrência da consolidação do reconhecimento de sua importância para o alcance da missão das instituições, que vão sendo desenvolvidas tendo por base novas formas de relação com o conhecimento e sua construção.

A história da biblioteca universitária é, assim, reflexo do desenvolvimento da educação superior ao redor do mundo. Seu papel e relevância evoluíram junto ao ensino superior que foi sendo transformado face a novas demandas, forjadas no contexto social mais amplo. No que tange o conhecimento especializado, o surgimento e evolução da técnica da Biblioteconomia delineou os rumos desses dispositivos, ao estabelecer

procedimentos para a atuação profissional no universo das bibliotecas. De forma geral, os Estados Unidos e países da Europa Ocidental são aqueles que forneceram referenciais tanto para o desenvolvimento de universidades como de suas bibliotecas, em escala mundial, o que compreende, portanto, a própria prática profissional bibliotecária. Em países da América Latina, como o Brasil, tal influência se fez presente e somou-se às especificidades de nosso contexto com suas dinâmicas sociais, econômicas e culturais.

Nas décadas iniciais do século XX o Brasil começa a contar com universidades voltadas à formação de nível superior, criadas com a aglutinação de faculdades e institutos anteriormente isolados. Nesses termos, e com um modelo que propunha o ensino e a pesquisa, surge em 1920 a Universidade do Rio de Janeiro; em 1934, a Universidade de São Paulo; em 1946, a Universidade da Bahia. Junto às instituições de ensino superior, tem-se a presença de bibliotecas, com a função de atendimento à comunidade acadêmica (CUNHA, 2016; NUNES; CARVALHO, 2016). Tais ações ocorrem num contexto de transformações que evidencia a importância adquirida pelo ensino superior no processo de desenvolvimento do país, especialmente a partir de 1931, quando foi instituído o regime universitário no Brasil.

Na década de 1960, a biblioteca universitária brasileira é marcada pela influência de princípios que advogam pela centralização dos seus serviços tendo em vista maior economia, com destaque para políticas de catalogação cooperativa, padronização do acervo, possibilidades de melhoria nas instalações físicas, dentre outros elementos. Eficácia e eficiência são palavras a abarcar tais iniciativas que culminam na busca pela criação de bibliotecas centrais, uma tônica desse período que se dá sob a influência de referenciais norte-americanos, difundidos no 1º Seminário Interamericano sobre Bibliotecas Universitárias, realizado na Universidade de Illinois, Estados Unidos, em 1961, pelo Council of Higher Education in American Republics. Essas ações em torno das bibliotecas universitárias vão ao encontro da reforma universitária que ocorre em 1968 no país, cujo rumo foi pautado no modelo estadunidense de ensino superior, cujo pressuposto era o de que as bibliotecas deviam ter atividades planejadas de acordo com as necessidades da própria universidade (CUNHA, 2016; NUNES; CARVALHO, 2016).

Em 1986, foi criado o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU), primeira iniciativa oficial de nível federal, que trazia diretrizes e ações para as bibliotecas universitárias tendo em vista a garantia de condições para a definição de padrões de organização e desenvolvimento de sistemas e serviços bibliográficos nas universidades. As

bibliotecas universitárias vivenciaram momento em que redes e sistemas compartilhados de informação foram constituídos por meio de projetos cooperativos, ações possíveis num quadro de mobilização de profissionais que atuavam no contexto e encabeçavam discussões em torno de questões inerentes a esse domínio. Entretanto, na década de 1990, as políticas do governo Collor alteraram as diretrizes de diferentes iniciativas governamentais, dentre as quais a desativação do PNBUS e sua substituição pelo Serviço de Desenvolvimento de Bibliotecas das Instituições Federais de Ensino Superior. Marcado pela limitação de recursos financeiros, o fato demonstrava alterações em relação à importância da questão dentro da agenda política do país naquele momento, ou seja, a intenção inicial contemplada pelo PNBUS foi esvaziada, perdendo força dentro da esfera governamental (CUNHA, 2016).

Em fins da década de 1990 e início dos anos 2000, contexto de expansão da internet e ferramentas online, diferentes iniciativas com vistas à organização e difusão da informação científica foram empreendidas, tais como a Scientific Electronic Library Online (SciELO), biblioteca eletrônica de acesso online gratuito a periódicos científicos; a disponibilização de plataforma aberta para editoração de revistas científicas e da Biblioteca Digital de Teses e dissertações (BDTD), ambas pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) (CUNHA, 2016).

Esse cenário é marcado pelo crescimento do universo de informações científicas, produzidas em maior número em meio à própria ampliação do ensino superior no país, com sua importância para o desenvolvimento socioeconômico cada vez mais reconhecida. De um lado, a expansão do ensino superior culmina no aumento da produção de informações científicas e, por outro, na maior necessidade de sua disponibilidade, por se tratar de matéria-prima para a atividade-fim desse circuito.

Em esfera paralela, mas de forte ascendência sobre os universos bibliotecários, nos fins de 1980 e anos 1990, os referenciais norte-americanos da *information literacy*, termo cunhado pelo americano Paul Zurkowsky (1974), adentram o país por meio de organismos internacionais – como a American Library Association (ALA), a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) e a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) –, influenciando abordagens instrumentais da informação, focadas no uso competente das tecnologias de informação com fins educativos, em termos de habilidades para reconhecer quando a informação é necessária, localizá-la, avaliá-la e usá-la efetivamente (PERROTTI; PIERUCCINI; SÈRRES, 2018).

Nesse sentido, tais abordagens, encaradas a partir da perspectiva da participação dos sujeitos na ordem cultural científica e acadêmica, merecerão distanciamento crítico amplo no que se refere à biblioteca universitária, se tomada como categoria essencial, instância de mediação cultural que atua nos processos de construção do conhecimento, significação e participação dos sujeitos na cultura científica. Nessas breves linhas, depreendemos que a criação e desenvolvimento da biblioteca universitária se deu em consonância com a perspectiva da oferta de recursos informacionais. Sem perder de vista a importância dessa dimensão, afirmamos que, por si só, ela define a biblioteca como polo de difusão de informação científica, problemática que nos obriga a refletir sobre implicações daí decorrentes em relação à produção e aos produtores de conhecimento científico em nossa sociedade.

2.2 Informação e Conhecimento

Lévi-Strauss (apud BURKE, 2012), por meio de interessante imagem, designa a informação como o “cru” e o conhecimento como o “cozido”. Alimento preparado *pela e para* a espécie humana, o conhecimento é essencial ao desenvolvimento das sociedades, a partir dele nós, seres das significações, movemo-nos em meio ao mundo, elaborando novas construções a partir de outras já feitas; como afirmou Ítalo Calvino (1974, p. 28, tradução nossa), “ao chegar em cada nova cidade, o viajante descobre novamente parte de seu passado, que ele próprio não sabia ter”. O conhecimento seria então resultado de um trabalho que se relaciona a um passado. São combinações, experimentações, análises e apropriações que transformam aquilo que se recebe em algo próprio a partir das experiências do sujeito, conforme indicou Chartier (1999). Por sua vez, a informação como o cru, não significa o natural, o real. Ela, nessa dimensão, é também constituída a partir de inúmeros processos históricos; dada sua natureza de signo, é representação do real.

Tanto a informação como o conhecimento são, portanto, construções. O conhecimento remete a um processo de apropriação, havendo aí uma forma de relação a ser reconhecida. Já a informação, por si só, não representa transformações para o sujeito que a recebe. Reconhecer essa distinção é ponto de partida importante, pois equiparar informação e conhecimento constitui forma de nublar caminhos para a própria produção de conhecimento. Informações são como migalhas de pão, rastros que deixamos e que remetem a um dado objeto, experiência, etc. As migalhas são deixadas pelo caminho

trilhado pelo seu produtor, logo, essa trilha é uma construção, forma de objetivação do pensamento, ou seja, base da comunicação humana.

Um signo está necessariamente ligado ao que ele significa, é enigma a ser decifrado, tanto manifesta como também esconde. A linguagem remete a algo, mas, isso não significa que esteja separada do mundo, nem poderia, pois é a partir dela que nos situamos nele e estabelecemos relações enquanto seres das palavras e do pensar (FOUCAULT, 2000).

Atribui-se importância crescente ao conhecimento científico, representativo do próprio poder das nações. Sujeito a rigoroso controle, ele é base relevante sobre a qual as civilizações vêm produzindo ferramentas conceituais para a observação e enunciação do mundo. Conquanto o conhecimento científico seja indispensável ao combate de erros e ilusões, os paradigmas que governam a ciência também podem gerar ilusões, uma vez que teorias não são imunes a erros (BERNHEIM; CHAUÍ, 2008; GARCÍA GUTIERREZ, 2013). Para Tálamo e Smit (2007), a ciência tem seu caráter autobiográfico e “oculta os trajetos do sujeito, da sociedade científica, dos valores e crenças compartilhadas”. Compreender essa dimensão é saber que o conhecimento é uma construção, permeado por rede de elementos de caráter social, político, econômico, cognitivo, etc. que, não apenas lhe dão sustentação, como interferem indelevelmente sobre ele.

A racionalidade é tentativa de antídoto aos erros e ilusões provenientes de crenças, teorias e doutrinas. Além de teórica e crítica, porém, a racionalidade deve ser autocrítica, baseada numa educação que considere questões essenciais acerca da busca do conhecimento autêntico (BERNHEIM; CHAUÍ, 2008). Iniciativas nessa direção transformam atmosferas rarefeitas ao oxigenarem, com novos ares, esforços de aprendizado.

O desenvolvimento de competências em informação pode orientar sujeitos, tornando-os aptos a transitarem nas chamadas infovias que caracterizam a sociedade da informação. Entretanto, há que se considerar que os sentidos da informação, os significados pessoais e sociais do conhecimento nem sempre estão na pauta das prioridades das ações que visam torná-los eficientes ao desempenho, com sucesso e em menos tempo, de tarefas que implicam o uso da informação. Abordagens instrumentais da educação para a informação, focadas no desenvolvimento de competências, carregam como risco a adaptabilidade a uma lógica previamente estabelecida. Vincular conhecimento à resolução de problemas em abordagem operacional, sem articulações objetivas explícitas quanto ao valor e significados das questões, sem contextualizá-las, é atitude redutora que

instrumentaliza a noção de competência, tornando-a mera conduta formalista (PIERUCCINI, 2004).

No âmbito da formação de sujeitos do conhecimento – protagonistas culturais – (PERROTTI, 2017), ultrapassar a noção de competências informacionais em direção ao desenvolvimento de saberes intelectuais, que compreendam noções, conceitos, saberes a didatizar para acessar, tratar e comunicar a informação mostra-se perspectiva essencial, complexa, mas ao mesmo tempo promissora ao momento atual. Em outros termos, é forma de contrapor processos de significação, ou seja, de atribuição de significados à informação, à mera capacidade para operá-la ou de manipular documentos.

Argumentar, verificar, experimentar, ter vontade de demonstrar, de provar e de validar o conhecimento são atos essenciais ao estabelecimento de relações afirmativas entre sujeitos e o universo dos signos. Esses atos configuram, por sua vez, ação do sujeito sobre ele mesmo, uma vez que, ao agir em relação a um elemento externo, o sujeito age sobre si próprio. Desse modo, as relações que o sujeito estabelece com o universo de signos são também relações estabelecidas consigo mesmo, ou seja, o próprio processo de vir-a-ser o constitui (CHARLOT, 2008). A racionalidade autocrítica implica, assim, aprendizagens, contextos e processos educativos: “Como se informar e informar?”, articulando-se a “Para que se informar?” e “O que é informação?”, comportam ação e reflexão sobre os aspectos materiais e imateriais da informação. Por esta razão, pode-se afirmar que os fenômenos informacionais e educacionais não estão separados. Os dispositivos e aprendizagens informacionais são partes de um todo articulado que está na base dos processos de significação, para os quais o desenvolvimento de saberes informacionais é categoria-chave, pois se inserem num quadro mais amplo que remete ao próprio questionamento da informação e seus dispositivos em suas variadas interações, ultrapassando a natureza instrumental e pragmática de como acessar informações (PERROTTI; PIERRUCCINI, 2007; PIERUCCINI, 2004).

Nesses termos, é ressaltada a importância do desenvolvimento de saberes informacionais, termo que define o conjunto complexo de habilidades, competências e atitudes indispensáveis à inserção dos sujeitos na dita sociedade da informação como protagonistas, em condições de questioná-la em seus princípios, dinâmicas e processos. Os saberes informacionais, ao mesmo tempo “instrumentais e essenciais, transversais e específicos, procedimentais e conceituais”, auxiliam a conhecer o conhecimento, servindo

como instrumento para que os sujeitos possam atuar nos diversos campos do conhecimento, refletindo sobre sua natureza e processos (PERROTTI; PIERUCCINI, 2013).

Ações nessa direção são essenciais à formação que comporte o trabalho da interrogação, da crítica e reflexão, perspectiva muito bem ilustrada por Chauí (2003, p. 12) em paralelo feito com a obra de arte:

O que Merleau-Ponty diz sobre a obra de arte nos ajuda aqui [a entender a formação]: a obra de arte recolhe o passado imemorial contido na percepção, interroga a percepção presente e busca, com o símbolo, ultrapassar a situação dada, oferecendo-lhe um sentido novo que não poderia vir à existência sem a obra. Da mesma maneira, a obra de pensamento só é fecunda quando pensa e diz o que sem ela não poderia ser pensado nem dito, e sobretudo quando, por seu próprio excesso, nos dá a pensar e a dizer, criando em seu próprio interior a posteridade que irá superá-la. Ao instituir o novo sobre o que estava sedimentado na cultura, a obra de arte e de pensamento reabre o tempo e forma o futuro. Podemos dizer que há formação quando há obra de pensamento e que há obra de pensamento quando o presente é apreendido como aquilo que exige de nós o trabalho da interrogação, da reflexão e da crítica, de tal maneira que nos tornamos capazes de elevar ao plano do conceito o que foi experimentado como questão, pergunta, problema, dificuldade.

Uma formação nessa perspectiva tem, portanto, o conhecimento como resultado, entendido como fruto de trabalho crítico e reflexivo que abre novos caminhos para o futuro da nossa espécie. Nesses termos, o ensino superior como espaço privilegiado à produção e desenvolvimento de novos conhecimentos nos domínios sociais, culturais e econômicos, precisa comportar a investigação e o pensar que interroga o próprio mundo, aspectos que incluem a dimensão da criação como categoria a ser considerada pela biblioteca universitária.

Para tanto, todavia, há que se problematizar questões em torno do estreitamento de relações entre produção de conhecimento e desenvolvimento econômico capitalista, observado de forma contínua em nosso tempo, e especialmente marcado pela afirmação do ensino superior como espaço destinado a suprir de modo eficiente as demandas do mercado. Nas últimas décadas, o ensino superior brasileiro – público e privado – passou por profundas transformações que dialogaram com intenções de barateamento, expansão e privatização, medidas que não estão restritas à ordem local, mas, coadunam-se com a hegemonia das ideias liberais e orientações de organismos internacionais, tais quais o Banco Mundial (THIENGO, 2013).

Considerar contextos mais amplos é, portanto, essencial para a proposição de ações que busquem manter viva a chama dos valores sociais que afirmam a educação como bem público e universal, a serviço da construção de uma sociedade marcada pela cidadania e pela democracia (SEVERINO, 2002; THIENGO, 2013), aspecto que implica diretamente a biblioteca universitária.

3 METODOLOGIA

De natureza qualitativa, a pesquisa em desenvolvimento objetiva sistematizar referenciais que deem suporte à formulação de programas infoeducativos no ensino superior. Para tanto, comportará abordagem da literatura e do terreno, tendo o escopo teórico da Infoeducação¹ como base conceitual.

3.1 Pesquisa de referencial teórico

O corpus teórico da pesquisa incluirá literatura em língua portuguesa língua estrangeira, tendo em vista contemplar amplo espectro de vertentes em torno dos seguintes conceitos-chave: educação, ensino superior – Brasil, educação para a informação, infoeducação, competência informacional, informação, informação científica, conhecimento, biblioteca universitária, cultura acadêmica.

O levantamento, em processo de desenvolvimento, está baseado no catálogo das bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), da Universidade de Campinas (UNICAMP) e nas seguintes bases de dados: Information Science & Technology Abstracts (ISTA), Library, Information Science & Technology Abstracts with Full Text, Library and Information Science Abstracts (LISA), Education Resources Information Center (ERIC), Academic Search Premier (ASP). O Portal CAPES e a BDTD do IBICT também fazem parte do rol de fontes a serem utilizadas. O reconhecimento e sistematização de ações que vêm sendo desenvolvidas nas bibliotecas universitárias brasileiras, a partir do ano de 2010, está baseado na produção existente nos repositórios do

¹ A Infoeducação é “área de estudo situada nos desvãos das Ciências da Informação e da Educação, voltada à compreensão das conexões existentes entre *apropriação simbólica e dispositivos culturais*, como condição à sistematização de referências teóricas e metodológicas necessárias ao desenvolvimento dinâmico e articulado de aprendizagens e de dispositivos informacionais, compatíveis com demandas crescentes de *protagonismo cultural*, bem como de produção científica, constituída sob novas óticas, nas chamadas *Sociedades do Conhecimento*” (PERROTTI, PIERUCCINI, 2007, p. 91, grifo dos autores).

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) e do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), tendo-se “biblioteca universitária” como descritor para a recuperação de itens relevantes na literatura disponível.

3.2 Pesquisa empírica

A parte empírica da pesquisa, tendo como foco a implantação de um Programa de Infoeducação em biblioteca universitária, na cidade de São Paulo (em estágio preliminar de desenvolvimento), contempla dois eixos mutuamente articulados:

- Identificação e análise diagnóstica de práticas de aprendizagens informacionais em curso em bibliotecas universitárias, a saber: identificação e análise de sites de bibliotecas universitárias, tendo em vista concepções, processos, procedimentos e tecnologias voltadas às aprendizagens informacionais. Estão sendo considerados tanto o circuito nacional como o internacional, inicialmente contemplando-se as páginas de bibliotecas da USP, UNESP, UFBA, UFRJ, tendo em vista ajustes metodológicos necessários à pesquisa. O circuito internacional vem sendo objeto de varredura inicial, a partir da consideração da importância de observar páginas de bibliotecas de instituições de ensino superior de diferentes países, a saber: França, Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha. A partir da distinção entre uma abordagem instrumental e outra essencial² sobre as aprendizagens informacionais, será construído instrumento de análise para conduzir o olhar sobre esses contextos.
- Desenvolvimento de programa de infoeducação com alunos do ensino superior: o programa será implementado junto a alunos do primeiro semestre do curso de graduação em Biblioteconomia e, também, com alunos que estão em vias de iniciar a elaboração da monografia de conclusão de curso, com acompanhamento dos sujeitos da pesquisa ao longo do segundo semestre letivo. A partir de metodologia da pesquisa participante serão observadas possíveis mudanças de atitude em relação à cultura informacional acadêmica. Para desenvolvimento do programa de ações, além do aporte da literatura, prevê-se a realização de escuta prévia, por meio de

² Abordagem instrumental: é adaptativa, com o foco em procedimentos, em “como utilizar”. Abordagem essencial: considera escolhas e atitudes dos sujeitos, maneira de compreender e estar em relação com o universo dos signos, mais que o “como utilizar”, comporta “por que”, “o que”, “para que” (PERROTTI; PIERUCCINI; SÈRRES, 2018).

entrevistas semi-estruturadas com alunos de diferentes semestres e cursos da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, tendo em vista identificar aspectos que possam ser contemplados, a priori, na estruturação do programa.

A opção metodológica pela realização da pesquisa empírica na USP se dá em razão da relevância desta instituição no contexto nacional, aspecto importante a ser considerado como parâmetro ao desenvolvimento de referenciais em torno do problema estudado. Sem negar as inúmeras diferenças que marcam o Brasil, esta opção metodológica orienta-se pela possibilidade de acolhimento de proposta de experimentação nesta direção. Um olhar sobre o problema a partir do contexto da USP, como universidade pública, coloca-se, ainda, como possibilidade de inclusão do debate da questão em circuitos ampliados bem como de comunicação e compartilhamento de resultados.

4 RESULTADOS PARCIAIS

O levantamento inicial, em busca de compreender a atual configuração da biblioteca universitária brasileira, trouxe alguns indicativos:

O repertório coletado de parâmetros, legislações e diretrizes vigentes, de algum modo, aborda a biblioteca universitária como dispositivo de conservação e/ou difusão de informação e cultura, excluindo perspectivas que a colocariam como instância educativa essencial nos processos de construção e participação dos sujeitos nas esferas do conhecimento científico (PERROTTI, 2017). A afirmação é feita a partir dos seguintes elementos:

- Decreto nº 3.860, de 09 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Ao passo que a biblioteca universitária é obrigatória à existência de cursos de nível superior, ela é avaliada exclusivamente em termos de oferta de recursos informacionais.
- Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Dentre as dimensões institucionais a serem avaliadas está a biblioteca, caracterizada exclusivamente como infra-estrutura física.
- Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos

superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Afirma que o plano de desenvolvimento institucional deve conter, dentre outros elementos, infraestrutura física e instalações acadêmicas, dentre as quais a biblioteca, caracterizada em termos de recursos informacionais e espaço físico.

- Norma ISO 11620³ - *Library Performance Indicators* que, dentre os variados indicadores a serem considerados para o bom desempenho de bibliotecas, não aborda a questão da educação para a informação, pois no indicador *B2.8 User education* afirma: “não há indicadores descritos nessa normal internacional” (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 1998, p.43, tradução nossa).

A observação de contexto internacional, especificamente o francófono, evidenciou um corpo de documentos e orientações utilizado para conduzir o trabalho das bibliotecas universitárias no âmbito da educação para a informação, além da existência de avaliações sobre a questão:

- *Documentation et formation, Rapport de l'Inspection générale des bibliothèques*, 2015⁴, relatório que contempla a questão da formação para a informação, trazendo estatísticas.
- *Enquête formation des usagers. Rapport de la commission pédagogie et documentation de l'ADBU (Association des directeurs et personnels de direction des bibliothèques universitaires)*, 2014⁵, enquête específica sobre a questão da formação do público das bibliotecas.
- *Référentiel de compétences informationnelles de l'ADBU*⁶, documento que objetiva contribuir, no âmbito do ensino superior, à promoção de competências informacionais.

³ A Norma ISO 11620 é aqui listada devido à influência de referencial teórico norte-americano ao desenvolvimento de ações pelas bibliotecas universitárias brasileiras.

⁴ Disponível em: <https://cache.media.enseignementsup-recherche.gouv.fr/file/2015/64/1/Rapport_F_et_D_19_dec_revu_15_janv._CM_JC_recto-verso_391641.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

⁵ Disponível em: <<http://adbu.fr/wp-content/uploads/2014/11/Enqu%C3%AAte-compl%C3%A8te-Version-3novembre.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

⁶ Disponível em: <<http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/notices/60368-referentiel-des-competences-informationnelles-adbu>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

O levantamento de sites de bibliotecas nacionais e internacionais, para identificar e analisar práticas no âmbito das aprendizagens informacionais, está em curso e terá como próxima fase a construção de instrumento para análise do material coletado. As listagens, que contemplam o circuito internacional e o nacional, encontram-se em construção e podem sofrer alterações, podendo ser respectivamente consultadas nos seguintes endereços eletrônicos:

- <https://www.pearltrees.com/lilianviana/universidades-internacionais/id20169788>
- <http://www.pearltrees.com/lilianviana/informacao-universidades/id20357615>

A investida inicial oferece indicativos relevantes que, embora não sejam conclusivos, sinalizam que a questão da educação para a informação não é comumente presente em sites de instituições nacionais, havendo maior recorrência no circuito internacional. Entretanto, nessa abordagem inicial, não foi identificado, como elemento frequente, a disponibilização de materiais elaborados pelas próprias bibliotecas tendo em vista a educação para a informação. A análise, conforme mencionado, será realizada posteriormente, a partir de instrumento a ser elaborado pela pesquisadora.

5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Os resultados, nesta fase do projeto, evidenciam que no país a biblioteca universitária desenvolveu-se como centro de transferência de recursos, organizando a informação para que o público universitário pudesse acessá-la. Seu papel original foi assim consolidado, aspecto que pode ser depreendido de sua trajetória e dos atuais mecanismos de avaliação de instituições de ensino superior que, ao passo que demandam a obrigatoriedade de bibliotecas, caracterizam-nas em termos de recursos físicos.

Neste estudo afirmamos que definir o papel da biblioteca universitária na formação dos estudantes como centro provedor de recursos informacionais é visão redutora incapaz de sustentar novos desafios, sobretudo socioculturais e educacionais, da universidade (pública) no momento atual. Considerando-se os novos fluxos informacionais – com a crescente oferta de informações online –, a própria necessidade de biblioteca, entendida como espaço físico, começa a ser questionada quando caracterizada exclusivamente como ponto de acesso, seja para recursos informacionais analógicos ou digitais.

Extrapolando essa dimensão, abrindo novas trilhas para seu papel como instância essencial e central aos processos de construção do conhecimento, constitui desafio deste

estudo. Ações circunscritas à busca competente de informações, tal como recorrentemente defendidas, parecem restringir a biblioteca universitária a processos em que o “aprender a informar-se” cede lugar a procedimentos visando a “localizar informações de forma eficiente”. Nesses termos, a construção aqui proposta inscreve-se em esforço para superar perspectivas que burocratizam a mente e confinam os sujeitos na condição de meros reprodutores de conhecimentos. Por tal razão, mostra-se fundamental a revisão de concepções, papéis e práticas que se interpõem entre bibliotecas universitárias e os sujeitos – os estudantes, no caso em questão – em direção a sua participação afirmativa nas tramas da informação e conhecimento.

REFERÊNCIAS

APOSTLE, Richard; RAYMOND, Richard. Le paradigme de l’information. **Bulletin des Bibliothèques de France**, Paris, v. 32, n. 4, p. 290-299, 1987.

BERNHEIM, Carlos Tunnerman; CHAUÍ, Marilena Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**. Brasília: UNESCO, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422por.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Decreto nº 3.860, de 09 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. **Portal da Câmara dos Deputados**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2001/decreto-3860-9-julho-2001-342382-norma-pe.html>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. **Portal da Câmara dos Deputados**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/537109.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento II**: da Enciclopédia a Wikipédia. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CALVINO, Ítalo. **Invisible cities**. Tradução de William Weaver. San Diego: Helen and Kurt Wolff Book, 1974.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Tradução de Bruno Magne. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. Tradução de Reginaldo C. C. de Moraes. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial, 1999.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 1989.

CUNHA, Murilo B. da. A trajetória da biblioteca universitária no Brasil no período de 1901 a 2010. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 21, n. 47, p.100-123, set./dez., 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n47p100/32344>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial: itinerarios de la paraconsistencia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 4, p. 93-111, out./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v18n4/07.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 11620: information and documentation: library performance indicators**. Geneve: ISO, 1998.

JACOB, Christian. Prefácio. In: JACOB, Christian; BARATIN, Marc. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. 3.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 9-17.

NUNES, Martha Suzana Cabral; CARVALHO, Kátia de. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.21, n.1, p.173-193, jan./mar. 2016. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2572>>. Acesso em 30 jul. 2018.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. In: GOMES, Henriett F.; NOVO, Hildenise F. (Org). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, M. L. G, FUJINO, A. NORONHA, D. P. (Orgs.) **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007. p. 46-97. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/nucleos/colabori/documentos/Infoeducacao.pdf>> Acesso em: 30 jul. 2018.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Novos saberes para a educação do século XXI. In: MENDONÇA, Rosa Helena; MARTINS, Magna F. (Org.). **Salto para o futuro: tv, educação e**

formação de professores. v. 4 edição especial. Rio de Janeiro: Salto para o futuro/Tv escola/SEB-MEC, 2013. p. 9-25. Disponível em:
<http://www2.eca.usp.br/nucleos/colabori/documentos/vol_4_salto_para_o_futuro_20_anos.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete; SERRES, Alexandre. Éducatons aux medias, à l'information et au numérique au Brésil et en France: chemins croisés. **Éducation comparée: revue de recherche international et comparative en education – nouvelle série**. Bourdeaux, v.19, p.73-100, 2018.

PIERUCCINI, Ivete. **A ordem informacional dialógica**: estudo sobre a busca de informação em educação. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SEVERINO, Antonio. Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania. **Interface: comunicação, saúde, educação**, São Paulo, v.6, n. 10, p. 117-124, fev. 2002.

SHIFLETT, O. Lee. Academic libraries. In: WIEGAND, Wayne A.; DAVIS JR., Donald G. **Encyclopedia of library history**. New York: Garland, 1994. p. 5-14.

TÁLAMO, Maria de F. G. M.; SMIT, Johanna W. Smit. Ciência da informação: pensamento informacional e integração disciplinar. **Brazilian Journal of Information Science**. v.1, n.1, p.33-57, jan./jun. 2007.

THIENGO, Lara C. **As tendências internacionais e a universidade brasileira na primeira década dos anos 2000**: ensino superior e produção de consenso. 2013. 125 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013. Disponível em:
<<http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/3447/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

ZURKOWSKI, Paul G.. The Information Service Environment Relationships and Priorities, Related Paper, n. 5. **National Commission on Libraries and Information Science**, Washington, DC, National Program for Library and Information Services, 1974. Disponível em: < <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf> >. Acesso em: 30 jul. 2018.